ESPAÇO EM REVISTA
ISSN: 1519-7816

AS FRONTEIRAS INTERNAS DO BRASIL

João Donizete Lima
Doutor em Geografia, Professor Associado IV do Instituto de Geografia –Universidade Federal de Catalão –IGEO/UFCAT. Programa de Pós-Graduação em Geografia-UFCAT. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais –NEPSA-UFCAT/CNPq
E-mail: jodoligeo@ufcat.edu.br

Resumo
Este artigo tem como objetivo realizar uma reflexão sobre a temática das fronteiras internas do Brasil. Quando se fala em fronteiras vem logo a ideia de limite entre uma coisa e outra. No entanto, a definição de Fronteira é algo bem mais complexa. Deste modo ao se trabalhar com Fronteiras deve ficar claro essa separação entre limite e fronteira, de forma que não haja dúvidas entre uma e outra definição. No caso de Brasil o Tratado de Tordesilhas foi a primeira fronteira do país, estabelecida mesmo antes do seu descobrimento. O estabelecimento das Capitanias Hereditárias em 1530 constituiu, então em mais fronteiras para um território recém-descoberto e totalmente desconhecido pelo europeu. Os ciclos do pau-brasil, cana-de-açúcar, mineração e café contribuíram para a efetiva ocupação do território, mas as políticas públicas via planejamento estatal foram, de certa forma, as responsáveis pela integração de grande parte das áreas de vazios demográficos ao território brasileiro. É evidente a existência de Fronteiras dentro de outras Fronteiras, prova disso é a região Sudeste que pelas suas características de ocupação e povoamento se desdobrou em várias zonas diferentes de riqueza e pobreza, desenvolvimento e atraso. Isso pode ser visto ao observarmos os dados divulgados pela ONU e pelo IPEA que mostra o Brasil com zonas de altíssimos desenvolvimentos, iguais aos dos países de primeiro mundo aliado a níveis médios, baixos e baixíssimos.
Palavras chaves: Fronteiras. Território. Desenvolvimento. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

THE INTERNAL BORDERS OF BRAZIL

Abstract
This article aims to reflect on the theme of internal borders in Brazil. When we talk about borders, the immediate idea is the boundary between one thing and another. However, the definition of a border is something much more complex. Thus, when working with borders, it should be clear that separation between boundary and border, so that there is no doubt between one and the other definition. In the case of Brazil, the Treaty of Tordesillas was the country's first border, established even before its discovery. The establishment of the Hereditary Captaincies in 1530 constituted more borders for a newly discovered and entirely unknown territory to the Europeans. The cycles of Brazilwood, sugarcane, mining, and coffee contributed to the effective occupation of the territory, but public policies through state planning were, in a way, responsible for the integration of a large part of the sparsely populated areas into the Brazilian territory. There is clear evidence of borders within other borders, as seen in the Southeast region, which, due to its characteristics of occupation and settlement, unfolded into various zones of wealth and poverty, development, and backwardness. This can be observed by examining the data released by the UN and the IPEA, which show Brazil with areas of very high development levels, equal to those of first-world countries, along with medium, low, and very low levels.
Keywords: Borders. Territory. Development. Human Development Index (HDI).

Introdução

Em nosso mundo complexo e interconectado, as fronteiras desempenham um papel crucial na definição de como as sociedades e as nações interagem umas com as outras. Essas fronteiras podem ser físicas, políticas, econômicas, imaginárias e até mesmo hipotéticas, e cada uma delas tem seu próprio impacto no cenário global. As fronteiras físicas, que são as divisões geográficas que separam países e regiões. Muitas vezes, essas fronteiras são formadas por características naturais, como rios, montanhas e oceanos. No entanto, elas também podem ser artificiais, estabelecidas por acordos políticos e históricos. As fronteiras físicas desempenham um papel importante na segurança nacional e na gestão de recursos.

Por sua vez as fronteiras políticas, se referem às linhas que definem os limites de um país ou território. Essas fronteiras são frequentemente o resultado de acordos e disputas políticas ao longo da história. As mudanças nas fronteiras políticas podem ter impactos significativos na geopolítica e nas relações internacionais. As fronteiras politicas estão intrinsicamente correlacionadas com as fronteiras econômicas. Essas são cruciais para o comércio global. Acordos comerciais, tarifas e barreiras comerciais podem criar fronteiras econômicas que afetam o fluxo de bens e serviços entre países. A globalização tem desafiado muitas dessas fronteiras econômicas, levando a uma interdependência cada vez maior entre as nações.

Não podemos esquecer das fronteiras imaginárias, que são aquelas que existem na mente das pessoas. Elas podem ser culturais, linguísticas ou religiosas e muitas vezes moldam a identidade de grupos e comunidades. As fronteiras imaginárias podem unir ou dividir as pessoas, dependendo de como são percebidas e interpretadas.

Finalmente, mas não menos importante, estão as fronteiras hipotéticas. São fronteiras que não existem na realidade, mas são criadas para efeitos de análise, planeamento ou especulação. Por exemplo, ao discutir cenários geopolíticos futuros, os estrategistas podem considerar fronteiras hipotéticas para compreender como diferentes configurações territoriais afetariam o mundo. Num mundo cada vez mais globalizado, é essencial compreender e gerir as fronteiras em todas as suas formas. Elas moldam nossa política, economia e até mesmo nossa cultura. O desafio está em encontrar maneiras de equilibrar a necessidade de fronteiras com a necessidade de cooperação e entendimento mútuo em um mundo que está mais interligado do que nunca.

A proposta de estudar o espaço no âmbito dos problemas geográficos foi introduzida pela primeira vez em 1995, quando o autor deste artigo concluía o mestrado em Geografia no IESA/UFG e o doutorado em Geografia na UFRJ em 2007. Essas discussões nos levaram a acreditar que o debate sobre o espaço territorial e econômico do Brasil nos últimos 500 anos, focando, principalmente, nas fronteiras externas (internacionais), internas (nacionais) e econômicas (históricas) que levaram à sua configuração política atual, que neste artigo optamos por chamar de continente brasileiro. Esta definição deve-se à sua vasta extensão territorial e à diversidade natural que se estende de norte a sul e de leste a oeste. Além das mudanças naturais e de sua população, a qual mostrarmos ao longo deste artigo, tendo como base os dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU). Quando se fala em Fronteiras vem logo a mente a noção de limite entre uma coisa e outra. No entanto, a definição de Fronteira é algo bem mais complexa. Miyamoto (1995) refere-se a estes dois temas como sendo dissociados. Limite, segundo ele, é constituído pelo menos em tese, em uma linha imóvel a qual delimita o início ou o fim da soberania de um determinado Estado sobre aquele território no qual ele está inserido, justamente por causa do limite. Por outro lado, a Fronteira não constitui uma linha imóvel, pelo contrário ela forma zonas entre um e outro país ou entre estados, regiões ou províncias de um mesmo país.

Em uma outra linha de pesquisa Becker (1997) fez um estudo das tendências de transformação do território brasileiro que ela chamou de vetores e circuitos, os quais são agentes condicionadores de ocupação e mudanças no território brasileiro. Nessa pesquisa a autora buscou "(...) identificar graus de integração física e formas de atuação da sociedade civil nas diferentes porções do território brasileiro" (Becker, 1997).

Outra ideia conceitual de Limite e Fronteira é apresentada por Machado (2000) onde o Limite é visto como "(...) abstração, gerada e sustentada pela ação institucional no sentido de controle efetivo do Estado territorial, portanto, um instrumento de separação entre unidades políticas e soberanas (...)" já a Fronteira é vista não só como a área de controle das populações, mas como o "(...) lugar de comunicação e troca" (Machado, 2000).

No Brasil, a noção de Fronteiras internas fica mais evidente quando pegamos o exemplo do Estado de São Paulo. Limitado ao leste pelo oceano Atlântico, à oeste pelo rio Paraná, ao Sul pelo rio Paranapanema, Norte pelo rio Grande e a Nordeste e Sudeste por fronteiras secas (serras e montanhas) não possui uma Fronteira definida. A quase ausência desta Fronteira se deve ao fato da pujança da indústria, comércio, agricultura e economia deste Estado. Por estes motivos às Fronteiras do Estado de São Paulo se estendem por

praticamente todo o território brasileiro e alguns países do exterior, principalmente os que compõem o cone sul do continente americano. Dessa forma não é somente o fator econômico que atua na expansão dessa fronteira, como Becker (1997) salienta, é suas estratégias de consumo básico, negócios e poder, elemento capaz de alterar a composição político administrativa de qualquer território, um exemplo recente disso, pode-se observar a pressão internacional sobre a indústria, comércio, agricultura e pecuária brasileira.

Ao se trabalhar com Fronteiras deve ficar claro que essa separação entre limite e Fronteira deve ser clara, para que não haja dúvidas sobre a função e a importância de um e de outro. Optamos por trabalhar com a fronteira estruturada por zonas como é proposta por Miyamoto (1995). Esta escolha não se deve ao fato desse conceito representar a verdade absoluta, mas sim por se aplicar melhorar ao estudo que realizamos.

Tordesilhas, a Primeira Fronteira: descoberta e colonização

Quando em 1492 Cristóvão Colombo descobria a América ficava claro para o mundo (então restrito a Europa, Ásia e pequena parte da África) que do outro lado do Atlântico uma nova Fronteira de riquezas estava surgindo. A Bula "*Inter Coetera"* (mais conhecida como bula papal) do Papa Alexandre VI, editada em 4 de maio de 1493 havia traçado no globo uma linha que privava Portugal de terras na América. Entretanto, Portugal tentou ter acesso a estas terras através de um limite imaginário (paralelo) que lhe concedesse as terras do hemisfério sul; não conseguindo, resolveu tratar diretamente com a Espanha. Obteve então um meridiano a 370 léguas das ilhas de Cabo Verde. Com isso Espanha e Portugal que já haviam estabelecido o domínio dos mares na costa africana formaram uma aliança que em 1494 decompunha o mundo, através do Tratado de Tordesilhas, em duas partes iguais. A demarcação desta nova linha, estipulada em Tordesilhas, ocasionou longas discussões, entre outras os referentes à ilha-origem da contagem. Apesar de várias tentativas, nunca chegou a ser efetivamente fixada, visto que, em troca das terras brasileiras, a Espanha adquiria as Filipinas e as Molucas.

Este tratado dividia a América e, o que viria a ser, o território brasileiro em duas partes. Essa linha imaginária, que se iniciava a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, cortava a terra de pólo a pólo, dessa forma se dividia o mundo, em especial as Américas, em metade espanhola e outra portuguesa. Claro que potencias emergentes na época como

Inglaterra, Holanda e França não reconhece este tratado e estendem suas expedições além dessa linha imaginária.

A linha do Tratado de Tordesilhas, imaginariamente, passava sobre a atual cidade de Belém no Estado do Pará e sobre a atual cidade Laguna no sul do Estado de Santa Catarina. Destarte a de se considerar que antes mesmo do Brasil ser descoberto já havia sido, mesmo que imaginariamente, estabelecido às Fronteiras geopolíticas da coroa portuguesa sobre essas terras. Sendo os portugueses sabedores da existência de terras no além-mar, escolheu um homem sem experiência em grandes navegações, como Pedro Álvares Cabral, para realizar a "descoberta" desse imenso território, todavia esse não era problema tendo em vista que seus auxiliares eram homens extremamente competentes. Isto se tornou necessário, tendo em vista que era preciso, antes de tomar posse, registrar o descobrimento. Em 22 de abril de 1500 Pedro Álvares Cabral homem de confiança do rei de Portugal, ao aportar em Porto Seguro na Bahia já sabia estar pisando em porção Portuguesa, não porque ele havia "encontrado" essas terras, mas pela existência do tratado de Tordesilhas estabelecido entre Portugal e Espanha. Entretanto entre a descoberta e o início da ocupação das terras de Santa Cruz (Brasil) decorreu-se 30 anos.

Portugal, somente veio a se preocupar em colonizar o Brasil ao perceber interesses alheios à coroa portuguesa em terras brasileiras, leia-se França. Nesse interim Portugal, opta-se então pela ocupação do território via colonização a partir de 1530. A zona costeira é a primeira Fronteira a ser colonizada através da fundação da cidade de São Vicente no litoral paulista. A população deste núcleo urbano era composta por soldados, altos funcionários da coroa portuguesa, inquisidores, missionários e meretrizes. A vinda dessas pessoas, foi, de certa forma, a opção encontrada para combater a ameaça francesa implantada no país pelo protestante Nicolas Durand de Villegagnon (1510 - 1571), o qual tinha como objetivo criar, no atual Rio de Janeiro, uma França Antártica.

Durante os primeiros trinta anos de descobrimento as atividades comerciais realizadas no país eram a extração de madeira, pau-brasil, e comércio de papagaios e outros animais da fauna nativa para a Europa. Havia também a captura de índios que eram levados a Europa como troféu aos nobres da corte portuguesa, mas isto em escala insignificante. Após o advento da extração de produtos nativos parte-se para uma nova e única alternativa, o plantio da cana-de-açúcar. A coroa portuguesa acreditava que a ocupação das terras por atividade agrícola afastaria os interesses estrangeiros do Brasil. Todavia a riqueza gerada pelo açúcar contribuiu para os interesses sobre as terras portuguesas aumentassem ainda mais.

O estabelecimento das Capitanias Hereditárias em 1530 (Figura 1), constituía, portanto em mais Fronteiras dentro da fronteira (Tordesilhas) em um território recém-descoberto e inabitado por europeus. Tendo em vista que, o índio "natural do continente" estava espalhado por todo o país somando mais de cinco milhões de habitantes, não havia um significativo núcleo urbano ou rural em toda a costa ou interior do país.

As capitanias vieram tentar mudar essa situação, entretanto isso ocorreu somente em algumas dessas concessões.

Os ciclos da cana-de-açúcar, mineração, café, que forçaram a expansão territorial do Brasil para o oeste acabam por romper definitivamente com a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas que separava as colônias portuguesa e espanhola na América. Com o rompimento desse limite e com o desaparecimento de Dom Sebastião na segunda metade do século XVI, mais precisamente em 1572 é que a ocupação do território brasileiro se efetiva.

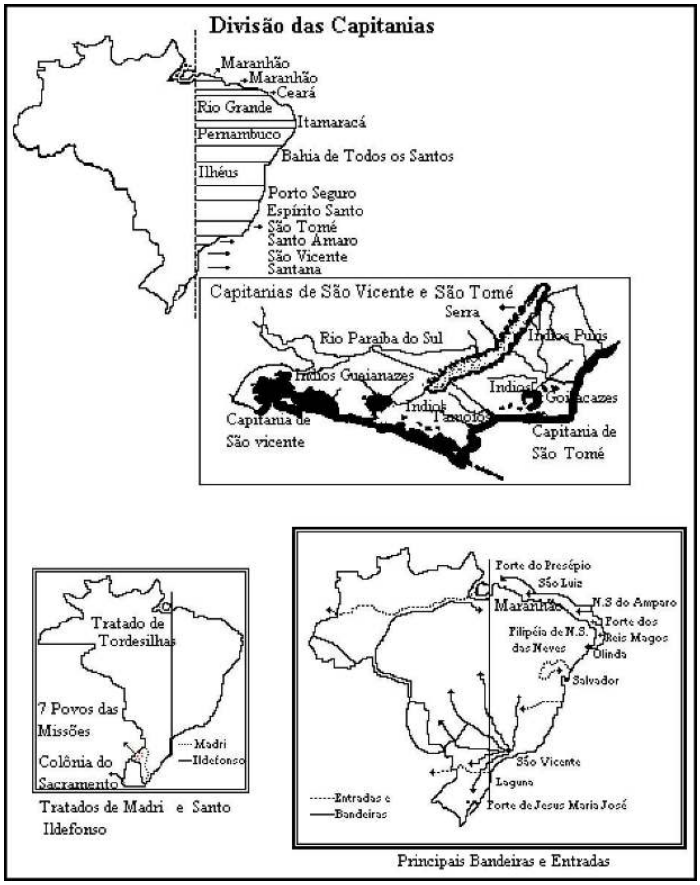
Não possuindo herdeiros, o rei desaparecido, deixa a coroa portuguesa vaga, o cardeal Dom Henrique, tio de Dom Sebastião assume a coroa portuguesa até 1580 quando também falece deixando a coroa para seu parente mais próximo em condições de governar Portugal. Entretanto Felipe II da Espanha que na época era do Sacro Império Romano-Germânico e Holanda impõe-se como novo rei de Portugal.

Para que a união dos dois reinos fosse pacífica, Felipe II assina o Tratado da União Ibérica entre a Coroa portuguesa e a espanhola que vigora até 1640 e significa uma espécie de anexação de Portugal pela Espanha. Essas anexações permitiram que os portugueses presentes no Brasil pudessem penetrar o território além da linha limite do Tratado de Tordesilhas em busca de riquezas (minerais e pedras preciosas) que ainda não haviam sido encontradas em terras portuguesas.

Essa dominação espanhola termina em 1648, mas os territórios ocupados pelos portugueses que já se alto denominam brasileiros só ocorreu em 1750 com o reconhecimento pela Espanha através do Tratado de Madri baseado no princípio do (Uti Possidetis) direito de posse. Com esse tratado o território brasileiro praticamente triplica.

> "O Tratado de Madri de 1750 elegeu as "fronteiras naturais" como critério delimitador, o que acabou determinando que as fronteiras internacionais na América do Sul seguissem rios e montanhas numa extensão maior do que em outros continentes" (Martin, 1995).

Figura 1 – Tratado de Tordesilhas, Capitanias Hereditárias e Ocupação do Território durante o período colonial.



Fonte: Atlas Histórico Escolar (1996, pag. 26)
Organização e Adaptação: LIMA, J. D. (2023).

No entanto outros acordos e tratados foram assinados posteriormente visando interromper o avanço tanto português quanto espanhol sobre as colônias de ambos na América, ver figura 2. A conformação do território brasileiro só ocorreu totalmente em 1903 com a assinatura do Tratado de Petrópolis, que anexou o acre ao Brasil, após o pagamento de dois milhões de libras esterlinas e o comprometimento da construção da Ferrovia Madeira Mamoré ligando as atuais cidades de Guajará-Mirim e Porto velho.

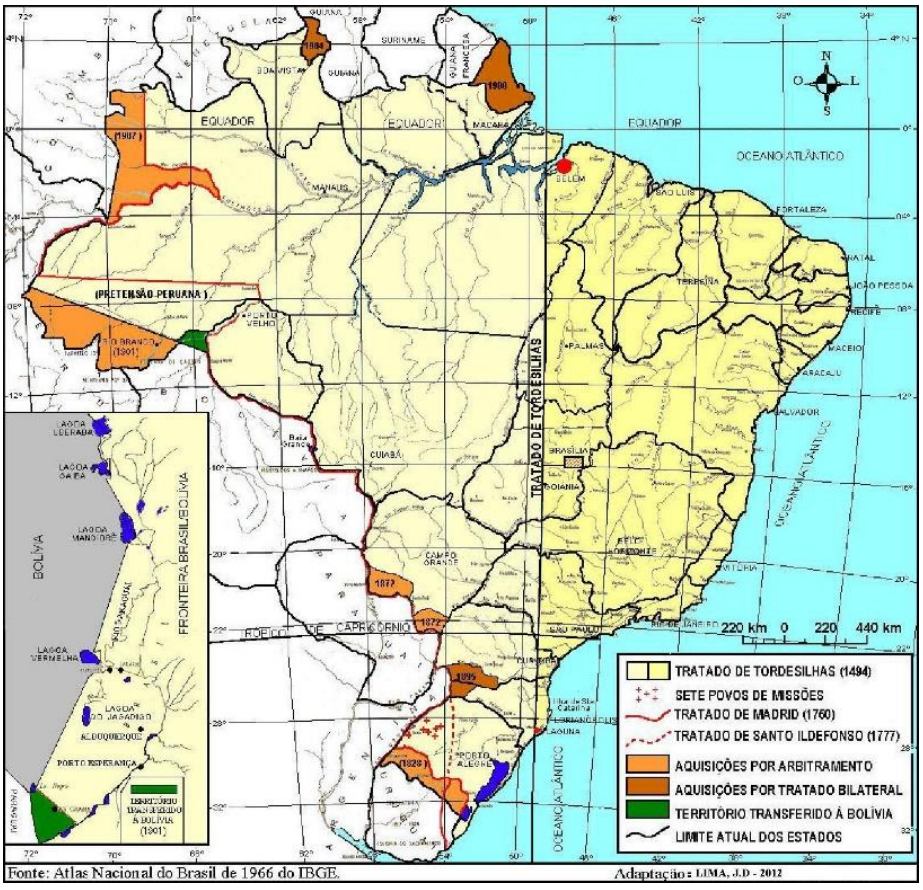
A Fronteira da Cana-de-Açúcar

O primeiro engenho de cana-de-açúcar do Brasil, instalou-se em 1533 na cidade de São Vicente - SP. A coroa portuguesa esperava produzir ali uma grande quantidade de açúcar, o qual seria destinado a abastecer o mercado europeu. Entretanto a descoberta do chamado solo de "Massapé", na zona da Mata nordestina, muito mais apto ao plantio da cana-de-açúcar

com bases nas tecnologias da época demonstraram ser ali a nova Fronteira de ocupação do território brasileiro.

A cana-de-açúcar foi no período colonial o produto que mais gerou divisas no Brasil. Entretanto, essas divisas foram para o governo português e não para o Brasil. É, portanto, a partir dessa época que se evidencia os motivos pelo qual não houve logo um desenvolvimento total de toda a região Nordeste do país. Nesse período, início do século XVII, de expansão da cana-de-açúcar pela zona da Mata no Nordeste, o Brasil recebe o título de maior produtor mundial de açúcar. É a cana-de-açúcar a cultura responsável pela vinda dos escravos negros oriundos da África, e mais especificamente da costa do Golfo da Guiné, Angola e Moçambique, para o Brasil.

Figura 2 – Território brasileiro destacando os acordos e tratados bilaterais.



Fonte: Atlas Nacional do Brasil de 1966 do IBGE.
Organização e Adaptação: LIMA, J. D. (2023).

Os negros não estavam adaptados ao regime alimentar do europeu, por isso se vêem obrigados a cultivarem não só a lavoura da cana-de-açúcar para o senhor de engenho, mas também pequenas lavouras para sua sobrevivência. Surgem com isso pequenas lavouras de

arroz, mandioca, fumo e milho ao lado da imensa propriedade canavieira. Sem dúvida a vinda do negro modificou a Fronteira da cana-de-açúcar. O fumo, domesticado, incialmente pelos povos originários das américas entre eles os Tainos, do Caribe, e os Maias na América Central, passou de pequenas a grandes lavouras, pois o mesmo era utilizado como moeda na compra de novos escravos, especialmente no Brasil. Os europeus (Portugueses, Ingleses, Espanhóis, Franceses e Holandeses) utilizavam o fumo como forma de incentivo a algumas tribos da África, que em troca faziam o serviço de encontrar e capturar os povos de outras tribos para os mercadores de escravos.

Tanto a cana-de-açúcar como o fumo foram primordiais na consolidação da Fronteira da colonização nordestina. Todavia os dividendos oriundos, principalmente dessas culturas, só contribuíram para que houvesse uma expansão maior dos latifúndios e a consequente migração dos pequenos colonos, que chegavam da Metrópole (Portugal), para o interior do país em busca de melhores terras onde pudessem cultivar os produtos de sua subsistência. Esse fato contribuiu para o desenvolvimento da pecuária no interior do país abrindo, dessa forma, novas Fronteiras de ocupação, principalmente ao longo dos rios mais importantes do país. Esse é o caso do rio São Francisco que trouxe para as capitanias dos senhores Pero de Campo Tourino (Ilhéus - Bahia) e Vasco Fernandes Coutinho (Espírito Santo) inicialmente a pecuária e, posteriormente, outras culturas que ali se desenvolveram com menos importância do que na zona de Fronteira da cana-de-açúcar.

A pecuária sem dúvida nenhuma foi a responsável direta pela expansão da Fronteira de colonização do território brasileiro.

A Fronteira da Mineração

Desde a sua descoberta o Brasil representava para os portugueses a mais promissora colônia tanto no que tange a produtos agrícolas quanto aos prováveis recursos minerais como ouro, prata e pedras preciosas que poderiam ser encontradas aqui. Entretanto os índios brasileiros ao contrário dos Incas, Astecas e Maias não tinham alcançado o nível de desenvolvimento dessas outras nações indígenas e o ouro para eles era desconhecido e não tinha nenhuma importância ornamental ao contrário dos índios encontrados pelos espanhóis. Tendo em vista que os índios não sabiam trabalhar nem o ouro e a prata, os mesmos também não tinham nas pedras preciosas, grandes interesses. Esse fato dificultou a exploração mineral no Brasil porque, ao contrário das outras nações indígenas que praticamente forneceram o

mapa da mina aos espanhóis (Potossi na Bolívia), aqui não se tinha à mínima ideia de onde estavam as tão cobiçadas jazidas dos minerais e pedras preciosas.

Foi a pecuária que teve papel preponderante na constituição da Fronteira mineradora do Brasil. Primeiro por ainda não ter sido inventado o arame, fazer cercas de madeira era muito trabalhosa e cara, a criação de bois junto dos canaviais era inviável tendo em vista que os mesmos comiam praticamente todas as plantações. Com isso ficou proibida a prática da atividade pecuária na chamada zona da mata nordestina, onde estavam os canaviais. A atividade pecuária só era permitida em distâncias superior a cinco léguas da faixa canavieira que colocava o criador de bovinos na área do agreste nordestino sujeito a todo tipo de adversidades climáticas.

Tendo em vista que os holandeses haviam conseguido com êxito produzir nas Antilhas açúcar de cana e os franceses de beterraba isto contribuiu para que o mercado mundial, diga-se de passagem, Europa, pela maior oferta do produto reduzisse consideravelmente os preços. Em consequência disto houve sucessivos abandonos de engenhos e a consequente migração tanto de proprietários de terra quanto pequenos comerciantes artesões e escravos para o interior do país - mais especificamente para as regiões, dos atuais Estados, do Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas no Norte/Nordeste e São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso no centro Sul - fossem mais evidentes.

Todavia a entrada dos pecuaristas juntamente com os bandeirantes para o interior do país, a procura de novas terras para que se pudesse praticar a atividade pecuária, abriram tanto novas Fronteiras como também novas esperanças de se encontrar o tão sonhado Eldorado, uma lenda oriunda das colônias espanholas.

Ao se encontrar ouro e diamantes, principalmente, nas regiões das chamadas Minas Gerais e Goiás um grande surto expansionista passa a ocorrer em direção ao interior do continente. Apesar de não dispor de tecnologias para explorar o ouro presente nas rochas, ouro de filão, os portugueses optaram pelo garimpo. Esta pratica possibilitou entre 1735 - 1751, a exploração propriamente dita teve início por volta de 1694-95, uma produção recorde de 2.006 arrobas, ou seja, 30.090 quilos de ouro. A este valor não estão contabilizados os ouros contrabandeados, que segundo suspeita-se seria quase três vezes o valor oficial.

Em 1729 foram encontrados os primeiros diamantes em Minas Gerais e esmeraldas em Goiás, estes dois produtos aliados ao ouro passaram desde então a serem os responsáveis, praticamente, por todo o faturamento da colônia, tendo em vista que os produtos agrícolas não estavam tendo importância econômica no mercado internacional. E a mão-de-obra escrava

que vinha sendo efetivamente desviada para as minas de ouro influi ainda mais para um declínio provisório das atividades ligadas ao setor agrícola.

As exportações brasileiras de ouro e diamante foram tão significativas que, no período do chamado ciclo da mineração, o valor desses dois produtos no mercado internacional caiu 75%.

Entretanto foi a produção de alimentos para essas populações (do ciclo da mineração), pois as mesmas viviam basicamente da exploração mineral, que ganhou espaço no interior do Brasil a pecuária que abriu nova Fronteira de colonização tanto em direção a região Sul quanto para as regiões Centro-oeste e Norte do país.

A pecuária aliada aos investimentos feitos principalmente por comerciantes, que viviam nas áreas de garimpo, ganhou mais e mais espaço ocupando todo entorno da Fronteira de mineração. Nesse período a cidade de Vila Rica, atual Ouro Preto, chegou a ter 100.000 habitantes. Entretanto a queda da produção de ouro e diamante, devido o esgotamento das minas, refletiu diretamente nas cidades erguidas próximas as regiões de exploração. A maior parte da população dessas cidades passou a fazer o caminho de volta para o litoral, enquanto que outra parte continuou a adentrar mais para o interior do país em busca do sonho do Eldorado.

A Fronteira do Café

Com o fim do ciclo da mineração outros ciclos como o do algodão passaram a constituir em importantes fontes de divisas para o país, principalmente devido à guerra civil americana. No entanto o fim da guerra trouxe novamente os Estados Unidos de volta ao mercado mundial de algodão e o preço já não animava tantos produtores, no Brasil.

A pecuária desde o início da colonização tem sua importância tanto em nível de abrir novas Fronteiras, quanto no sentido de fornecer carne e couro para o abastecimento da metrópole e das cidades da colônia e posteriormente do império, tendo em vista que a selaria e o artesanato utilizavam em grande quantidade o couro na confecção de seus produtos, tais como botas, cintos, selas, arreios e etc.

Todavia essas duas atividades, algodão e pecuária, apenas serviram de sustentáculo para a grande lavoura cafeeira. Isto porque estas duas culturas, de certa forma, abriram caminho para a lavoura cafeeira no interior do Brasil. Surgida como importante fonte

econômica para o Brasil no final do século XVIII e início do XIX, o café vai ser a mola propulsora que impulsiona definitivamente a constituição das Fronteiras internas do país.

A atividade cafeeira estabelecida tanto no Sudeste - São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro - quanto no Sul - Paraná - não foi somente o sustentáculo da economia brasileira, foi também o da nação e principalmente do regime monárquico e posteriormente da Republica.

A Fronteira cafeeira trouxe consigo desenvolvimento e atrasos. No Sudeste possibilitou a implantação de pequenas indústrias, bancos, comércios diversificados e uma economia forte. Foi também o café que transformou essa região em centro tomador de decisões do país. A partir da região Sudeste já praticamente consolidado como Fronteira de desenvolvimento do Brasil tem se, portanto, a partida para a expansão das frentes de ocupação de todas as regiões do país. Via abertura de estradas e ferrovias.

Foram os barões do café que, devido as extensões de suas lavouras e necessitando de mão-de-obra, deram início ao processo de vinda de imigrantes para o país. A vinda dos imigrantes ocorreu devido a quatro motivos; primeiro porque houve a proibição do tráfico negreiro, segundo os escravos estavam sendo beneficiados pelas leis de alforriamento e terceiro a população branca, mestiça e os próprios escravos alforriados se recusavam a trabalhar na lavoura cafeeira e quarto era uma mão-de-obra indisciplinada para os padrões europeus da época e também pela vontade dos negros libertos quererem voltar à África.

O imigrante europeu de certa forma contribuiu para que houvesse a formação de diferentes frentes de expansão das Fronteiras internas do país. Os italianos predominaram em São Paulo, os alemães e holandeses nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e os portugueses e espanhóis em todo o Nordeste e Norte do país.

Foi o café, apesar de muitos estudiosos discordarem, o responsável pela consolidação da industrialização do Brasil na região Sudeste e Sul. Com a riqueza gerada pelo café a burguesia cafeeira passa a exigir melhores condições de moradias, cultura, vestuário, saneamento e educação e isto vai sendo realizado lentamente, principalmente porque além de ser a elite dominante no cenário econômico é também a que domina no cenário político.

As quedas do valor do café no mercado internacionais na década de 1920 e 1930 põem uma nova dinâmica ao setor econômico brasileiro, era necessário modernizar o país, sair da idade da madeira, e entrar na era do petróleo e da energia elétrica bem como na industrialização. Foi a industrialização que definiu as atuais Fronteiras internas do Brasil.

A fase da Fronteira cafeeira foi de extrema importância para o país, mas também contribuiu para que houvesse uma remodelação na forma tanto de vida quanto no desenvolvimento econômico e industrial do Brasil.

É claro que a onda cafeeira não trouxe apenas benefícios ao Brasil, trouxe também miséria ao campo e as cidades bem como uma acentuada diferença entre as várias regiões do país. "A exploração do café (...) pelo seu caráter predatório, itinerante e especulativo não estabelece elos algum entre o homem e o solo" (DEMANGEOT, 1974, p. 71-72). É isto foi o fato, que mais contribuiu para que a Fronteira agrícola se expandisse em praticamente todas as direções do Brasil, e é claro com maior importância em uma do que em outras áreas.

Alguns produtos são tão importantes da constituição das fronteiras internas do Brasil que a bandeira do país, que é um dos símbolos nacionais e que possui um significado rico e profundo. E o que muitas pessoas talvez não saibam é que entre os seus significados, o café e o fumo também estão representados de maneira indireta na bandeira nacional, como testemunhas da diversidade e riqueza que essas culturas deixaram na geo-história do Brasil.

A Fronteira da Nova Capital

Inaugurada oficialmente em 21 de abril de 1960, Brasília tem sua história traçada no cenário nacional desde a época do império. A questão de se transferir a capital administrativa e política do Brasil para o centro do país se fazia premente pelos seguintes motivos:

1. A nova capital passaria a integrar melhor as áreas do interior do país ou "*core area*" e com isso promover um desenvolvimento menos desigual entre os Estados da federação.
2. A localização no interior do país assegurava uma posição estratégica em relação a qualquer ataque ou invasão externa do país. Não levava em conta os mísseis balísticos intercontinentais (inexistentes na época), mas apenas um eventual ataque por forças de mar e terra.
3. A nova capital seria um local de decisões administrativas, políticas e econômicas longe da pressão popular e classe dominante.
4. Seria um local onde os deputados federais, senadores, ministros e o presidente da República iriam morar para se dedicarem integralmente aos problemas do país.
5. Afastaria a pressão popular sobre os órgãos que constituía a administração direta e indireta do país bem como um eventual levante revolucionário sobre o presidente da república.

De todos esses motivos o que realmente pesou na construção da nova capital no planalto central brasileiro, mais especificamente no chamado retângulo CRULS, foi o 5º

motivo. Uma provável pressão popular bem organizada sobre a Câmara, Senado e Palácio Presidencial inviabilizaria qualquer resistência por parte das forças de segurança. É claro que outros motivos também influenciaram, mas nem tanto quanto o 5º, pois as decisões econômicas continuaram sendo tomadas no eixo Rio/São Paulo.

A integração dos Estados à nova capital não foi total. Exceção feita a Goiás, que de todos os Estados foi, o mais beneficiado pelo fato de ter recebido uma vultuosa quantia de recursos financeiros para aplicar em infraestrutura como rodovias, ferrovias, redes de eletrificação e telefonia. Deve-se destacar também o aumento de população das cidades do entorno do Distrito Federal que, de certa forma, contribuíram para o aumento da arrecadação de impostos no Estado.

Tendo em vista que a incipiente industrialização e o comércio destas cidades, que compõem o entorno de Brasília, não são capazes de fornecerem trabalho a todas estas pessoas que nelas habitam. Estes municípios funcionam mais como "cidades dormitórios" pois, a maior parte de seus habitantes trabalha em Brasília.

É evidente que a nova capital auxiliou na integração do país, mas não foi da forma como se imaginava, muito pelo contrário o país continuou com áreas de altos índices de desenvolvimento econômico, industrial e agrícola no Sul e Sudeste em detrimento de Estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e partes do próprio Sudeste que tiveram um incipiente desenvolvimento de suas Fronteiras tanto econômicas como agrícolas.

A concepção da nova capital, que desde 1823 já tinha seu nome definido por José Bonifácio como sendo Brasília, no planalto central brasileiro foi de fundamental importância na tônica maior dos militares do Brasil, responsáveis diretos pelo golpe militar de 1964, que era "Integrar para não Entregar". A integração se deu pelos moldes estatal militar através da construção de rodovias, ferrovias e batalhões do Exército, Marinha e Aeronáutica principalmente na região Norte e Centro-Oeste do país.

Se por um lado à presença militar assegurava a defesa do território por outro auxiliava na entrada de pioneiros que iam ocupando essas novas áreas de Fronteira. O problema é que essa colonização se situou ao longo das rodovias federais e raramente se adentrava mais de 100 quilômetros fora desses eixos de ligação. Essa não entrada, principalmente do pequeno proprietário de terra, mais para o interior possibilitou o surgimento de imensos latifúndios, financiados pelo dinheiro do povo via concessão de benefícios para quem instalasse, leia-se grandes empresários (do setor industrial, comercial e financeiro), nessas regiões algum tipo de atividade agropecuária. Como a fiscalização do

Estado sob esses investimentos é quase nenhuma e o poder de pressão desses empresários são muito grandes a agricultura não foi para essas áreas, salvo aquela praticada pelos pequenos produtores e alguns raros empresários. Esse não desenvolvimento da agricultura nessas regiões possibilitou a vinda da pecuária extensiva para as terras devolutas da união, a consequência disso foi o surgimento dos grandes latifúndios, principalmente do Norte de Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará.

São essas regiões, de expansão de Fronteira, que apresentam hoje os conflitos de terra mais violentos do país na atualidade. Para resolver esse problema são necessárias leis que proíbam propriedades rurais tão grandes, e um efetivo programa de reforma agrária, como forma de amenizar os conflitos, gerar empregos, melhorar a condição de vida dos mais pobres e principalmente produzir alimentos, já que a maior parte destas propriedades é, de certa forma, consideradas improdutivas pelos critérios adotados no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

As Novas Fronteiras

Conforme foi visto anteriormente as Fronteiras internas do Brasil foram muitas - e isto contribuiu de certa forma para que houvesse um maior desenvolvimento tanto a nível social, econômico, político e industrial em umas regiões do que em outras - e tendem a se ampliarem.

É evidente à existência de Fronteiras dentro de outras Fronteiras, prova disso é a região Sudeste que pelas suas características de ocupação e povoamento se desdobrou em várias zonas diferentes de riqueza e pobreza, desenvolvimento e atraso. Isso pode ser visto ao observarmos os dados divulgados, pela 1ª vez, em 1995 pela ONU (Organização das Nações Unidas) e pelo IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas). Os dados de 2021, o IDH mostra o Brasil com zonas de altíssimos desenvolvimentos, iguais aos dos países de primeiro mundo como a Suíça e Noruega (Nº 1 e 2 no IDH de 2021 com valores respectivos de 0,962 e 0,961) aliada a níveis médios como os da China 0,768 (Nº 79 no IDH de 2021), baixos como os da Índia 0,633 (Nº 132 no IDH de 2021) e baixíssimos como o da República Democrática do Congo 0,489 (Nº 179 no IDH de 2021). Em 2021, o IDH brasileiro chegou a 0,754 pontos, valor 0,031 pontos superiores aos de 2010 que era 0,723. O desempenho fez o país encostar a nação Mexicana, posição 86ª, e alcançar a 87ª, mas bem distante da vizinha Argentina que está na posição 47ª e IDH com valor 0,842 entre 191 países avaliados.

Os critérios utilizados para a realização dessa pesquisa mostram a existência de uma classe super favorecida onde, 1% da população brasileira concentram 48,4% da renda total do país em 2022. Essa disparidade na distribuição de riquezas esta aliada principalmente ao modelo de colonização agro-exportador implantado no Brasil desde o seu descobrimento, a forte concentração da terra herdada das próprias Capitanias Hereditárias, produziu e vai continuar produzindo estes desníveis entre riqueza e miséria tão comuns hoje no Brasil. Outro agravante dessa situação é as grilagens de terras associadas ao massacre de povos indígenas e pequenos proprietários em regiões longe dos grandes centros urbanos do sul e sudeste do país.

A expansão da Fronteira agrícola para os Estados do Centro-Oeste e mais recentemente para o MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) e região Norte do Brasil, contribui hoje para a formação de novos latifúndios, que expandem ainda mais as diferenças entre ricos e pobres criando assim novas Fronteiras nem um pouco benéficas para o desenvolvimento do país.

Em 1990 a classificação do Brasil em 79º lugar, ver Figura 3, no relatório da ONU/IPEA apenas confirmava e reafirma as colocações feitas por sociólogos, economistas, historiadores, geógrafos e outros estudiosos do assunto alertou e tem alertado, há décadas. Da premente necessidade em se fazer uma redistribuição de renda e terras no Brasil. Esses pesquisadores apontam que a melhoria dos salários, educação, saúde, saneamento básico e moradia poderiam mudar a situação do país drasticamente se o Estado aplicasse 5% do PIB anual nas categorias citadas.

Todavia não se imaginava, na década de 1990, que a situação do país pudesse mudar para pior nos próximos trinta e dois anos seguintes. Ao contrário do que dizia as estatísticas oficiais do Estado brasileiro, como por exemplo o relatório do Desenvolvimento Humano 1990, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o qual classificava o Brasil na 79ª posição entre 188 países avaliados pelo índice, naquela época. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil em 2021 é de 0,754 na escala que vai de 0 a 1, oito posições abaixo da pesquisa, realizada em 1990. Na atual posição, o Brasil sai do grupo de alto desenvolvimento humano, para ocupar lugar entre os países de desenvolvimento médio. Apesar do novo critério de classificação ter alterado alguns itens em relação ao método anterior, acreditamos que isto não invalida a comparação entre os dois relatórios.

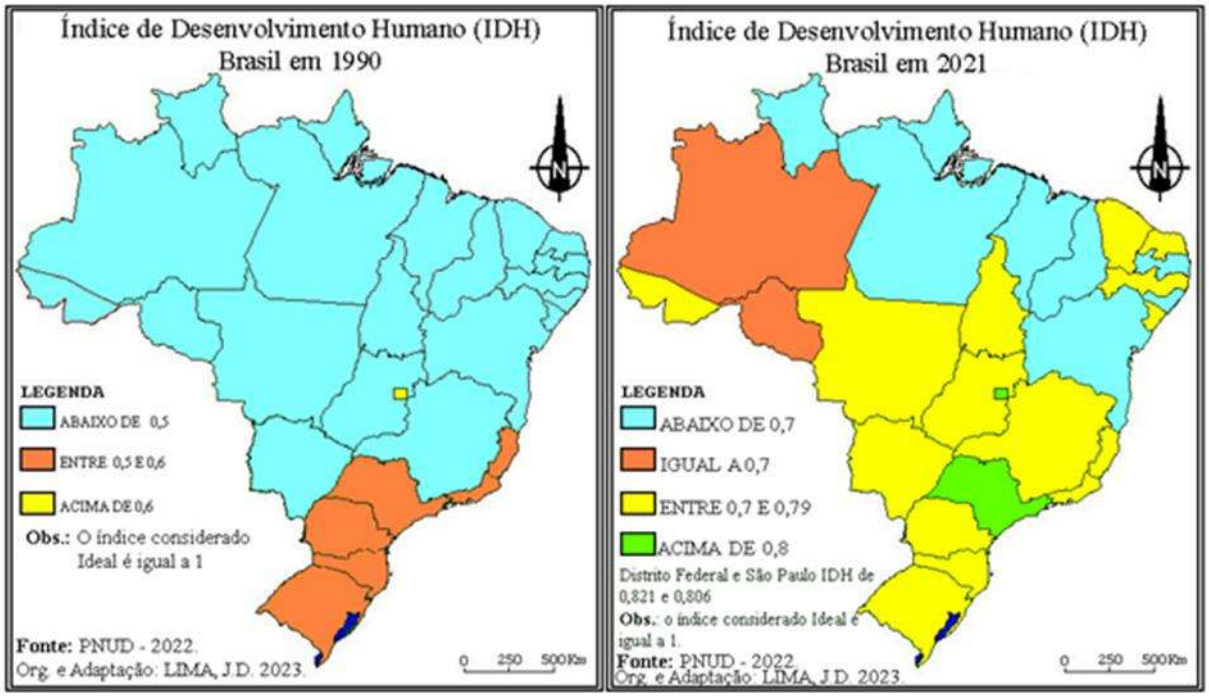
O relatório do PNUD concluiu, ainda, que a globalização e a Pandemia de COVID-19 (2020 a 22) está deixando de atender igualmente a todos, agindo de maneira cruel sobre os países de economia em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, onde o superávit da

balança comercial é utilizado para pagar a dívida externa ou fazer caixa reserva para combater a especulação internacional sobre nossa moeda. Entretanto, deve ficar claro que os avisos feitos pela comunidade científica sobre a situação do país em 1990, não foram ouvidos ou se foram medidas ainda não foram tomadas para sanar tal situação.

Deve-se considerar que as medidas sugeridas condizem com um plano capaz de fornecer condições dignas de vida para a população diretamente envolvida nesse processo. Um planejamento assim seria a forma mais concreta de reduzir a vergonhosa diferença entre os ricos e pobres.

É inconcebível que um país de dimensões continentais como o Brasil, classificado como a 9ª maior economia do mundo, em 2022 tenha IDH inferior ao de Trinidad e Tobago (Nº 57 no IDH de 2021) no ranking da ONU e possuir dentro do seu território áreas com IDH iguais ou inferiores ao do Suriname, Gabão e El Salvador (respectivamente o Nº 99, 112 e 125 no IDH de 2021) em certas regiões.

Figura 3 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil em 1990 e 2021.



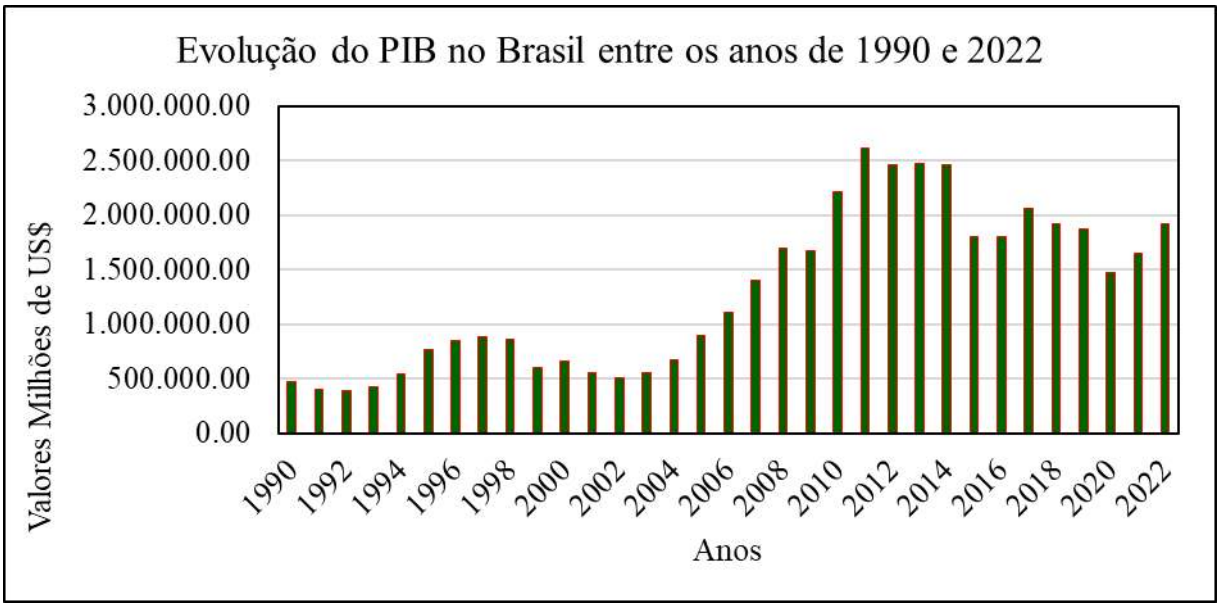
Fonte: PNUD/Atlas do desenvolvimento Humano o Brasil 2021.
Organização e Adaptação: LIMA, J.D. 2023.

Fazendo uma comparação grosseira entre Brasil e Trinidad e Tobago é possível verificar as disparidades. Sendo uma nação constituída por ilhas onde Trinidad possui 4.828 Km² e Tobago 300 Km² que perfazem ao todo 5.128 km² de território, sua economia é baseada na Extração e Industrialização de Petróleo e Agricultura. Seus principais produtos são

o Gás Natural, Produtos Petroquímicos, Fertilizantes e Rum o seu PNB - Produto Nacional Bruto (PIB) - paridade de poder de compra foi de US$ 29,469 bilhões em 2016, nesse mesmo período o PIB do Brasil foi de mais de US$ R$ 5,904 trilhões. O Brasil por sua vez possui um território de 8.547.403,5 Km² ou seja, é 99,94% maior que o território de Trinidad e Tobago, e apresentou nos últimos anos um aumento significativo no seu PIB, ver gráfico 1.

Essa aberrante disparidade deveria pelo menos colocar o Brasil, entre os 10 melhores países do mundo para se viver, no entanto nesse ranking o país ocupa a 65ª posição. Devido à própria divisão interna do país que nada mais são do que Fronteiras segregacionistas as quais determinam as distâncias entre os Estados mais ricos e os mais pobres. É o caso dos Estados do Centro-Sul e do Norte/Nordeste, os do Centro-Sul são considerados ricos pela sua "privilegiada" localização enquanto que os outros, pelo mesmo critério de localização, são considerados pobres sendo que possuem muitas das vezes os recursos que movem a economia e a indústria dos Estados mais ricos.

Gráfico 1 – Evolução do PIB no Brasil entre os anos de 1990 e 2022



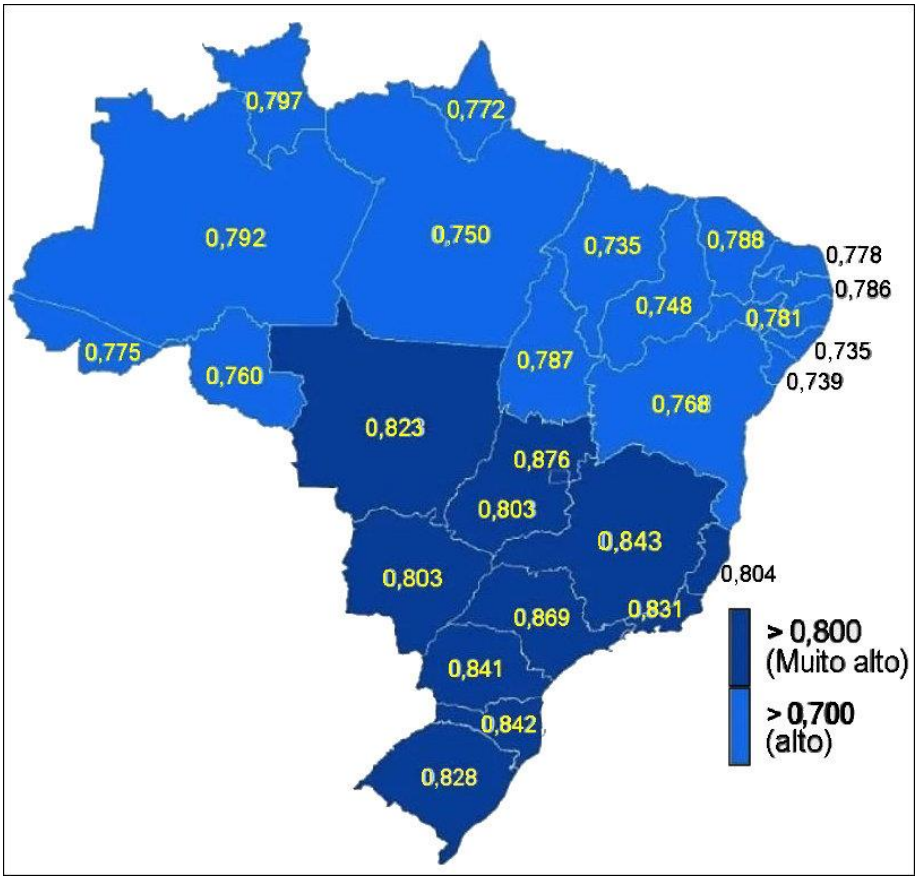
Fonte: SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais – Banco Central do Brasil.
Organização e Adaptação: LIMA, J.D. 2023.

Conforme podem ser observados na Figura 3, os maiores índices de desenvolvimento humano estão também concentrados nas regiões que possuem os maiores índices de desenvolvimento econômico, industrial, comercial e agrícola do país. Todavia, as riquezas geradas nessas regiões estão muito mal distribuídas, conforme pode ser visto na Figura 3 desse texto. Os Estados brasileiros, na sua maioria, se apresentam como dependentes do governo federal, pois a sua renda oriunda da arrecadação de impostos, além de ser

insuficiente, é também mal administrada e empregada em projetos uns tantos duvidosos. O dinheiro do contribuinte é muito fácil de se gastar, tendo em vista que à prestação de contas ao Tribunal de Contas dos Municípios, Estados e União, e não ao próprio povo diretamente interessado em saber onde o dinheiro de seus impostos foi investido, facilita as falcatruas.

Esse descrédito político juntamente com a corrupção e má administração contribui cada vez mais para a formação de novas Fronteiras tanto de desenvolvimento, como é o caso da Fronteira agrícola em crescente expansão para o Centro-Oeste e Norte do país, como subdesenvolvimento caso explícito das favelas nos maiores centros urbanos dessa região em expansão, bem como nas Fronteiras mais ricas como Rio Grande do Sul, Distrito Federal e São Paulo segundo os critérios de IDH. O subdesenvolvimento presente nessas regiões é oriundo da implantação dessa agropecuária altamente tecnificada e capitalizada que, de certa forma, contribui para a concentração da terra na mão de poucos.

Figura 4 – Projeção de crescimento do IDH-M com base nos anos de 2010-2017 por unidades federativas, descontados -0,020 dos anos de pandemia da COVID-19 de acordo com pesquisa da PNUD.



Fonte: PNUD/Atlas de Desenvolvimento Humano (Radar IDH-M). PNAD-C- IBGE. ref: Relatório Perspectiva de Desenvolvimento Humano 2021-2022/PNUD.

Os ciclos do pau-brasil, cana-de-açúcar, mineração e café contribuíram para a efetiva ocupação do território, mas as políticas públicas via planejamento estatal foram, de certa forma, as responsáveis pela integração de grande parte das áreas de vazios demográficos ao território brasileiro. É claro que nem sempre o planejamento estatal foi eficiente. As agrovilas abertas na Amazônia ao longo da rodovia Transamazônica são uma prova clara disso, abandonadas à sorte foram pouco a pouco sendo abandonadas é hoje já não resta praticamente quase nada, BECKER (1990) fez um excelente estudo sobre esse assunto.

A Transamazônica é uma estrada que não serviu aos propósitos de seus planejadores que era vencer a Fronteira amazônica e integra-la definitivamente ao território brasileiro. A Fronteira não foi vencida pelo poder do Estado, mas o próprio Estado devido a sua incompetência foi vencido pela Fronteira – desconhecida - chamada floresta. Isso ocorreu pela falta de uma política real de expansão de Fronteiras, que garantisse a produção agrícola bem como seu efetivo escoamento e comércio.

De todas as alternativas apresentadas para se vencer a Fronteira amazônica (hidrovias e ferrovias) o Estado optou-se pela mais cara que era a rodovia, a qual consumiu mais de cinco bilhões de dólares na década de 1970, não foi concluída e não contribuiu para integrar a região ou diminuir a pobreza. É um elefante branco perdido na imensidão da floresta.

Projetos como o Grande Carajás, Calha Norte, Balbina e mais recentemente as Usinas Hidrelétricas de Belo Monte, Estreito, Jirau e Tapajós dentre outros foram ou estão sendo uma tentativa extremamente cara para a nação e que jamais iram render lucros suficientes que possam pagar seja em dinheiro ou benefício o que o Estado brasileiro gastou para implementa-los. E mesmo assim, sabendo de erros dessa natureza, o Estado continua impetrando esforços no sentido de colonizar a Fronteira amazônica via técnicas antigas e ultrapassadas como os grandes projetos agropecuários. Sabe-se que a saída para essa região é a silvicultura de produtos nativos da região, os quais tem se demonstrado altamente rentáveis comercialmente. Gastar bilhões de dólares com sistemas de vigilância como o SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia) não vai efetivar a integração dessa Fronteira ao país, acreditamos que este sistema muito pelo contrário, irá sim esfacelar ainda mais a mesma e provavelmente entrega-la ao capital internacional. Fazemos esta colocação tendo em vista que as informações desse sistema passarão primeiro pela mão do governo dos Estados Unidos, China, Rússia, França e Inglaterra e somente depois disso para o governo brasileiro.

> "(...) o controle do espaço aéreo tem dado margem a muita polêmica e as disputas planetárias já se projetam para o espaço sideral. Tudo isso nos faz pensar que á

> medida que o espaço de relações muda de escala, alteram-se concomitantemente o significado das fronteiras: primeiro étnicas, depois confessionais, hoje econômicas" (Martin, 1992, p.87)

O problema das Fronteiras internas do Brasil é muito grave, tendo em vista que políticas condizentes com a realidade do país não têm sido realizadas simplesmente por que o integrismo do país ao capital internacional é a maneira mais fácil de se resolver tal problema, haja vista que o país precisa cumprir acordos feitos com os credores internacionais os quais dão as diretrizes que deveremos seguir para pagar os compromissos assumidos na aquisição dos empréstimos junto aos nossos credores internacionais.

Considerações Finais

A Geografia do Brasil é marcada por fronteiras que, há muito tempo, têm um papel crucial na definição dos territórios e no desenvolvimento das nações. À medida que os países se desenvolvem, eles enfrentam desafios relacionados às suas fronteiras, que variam de conflitos territoriais a questões de segurança. No entanto, o verdadeiro progresso de um país não se mede apenas por seu tamanho territorial, mas pelo bem-estar de sua população. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) emerge como uma métrica essencial não só do crescimento econômico, mas também da qualidade de vida. Em um mundo cada vez mais interconectado, é fundamental que países de dimensões continentais, como o Brasil, trabalhem em conjunto para superar desafios internos, especialmente aqueles que afetam suas diversas fronteiras. É imperativo direcionar esforços para o desenvolvimento sustentável e a melhoria do IDH, visando garantir um futuro melhor para todas as regiões do país.

Não podemos admitir as disparidades existentes em um país como o Brasil. É evidente que o desenvolvimento igualitário entre todas as regiões de fronteira, sejam elas agrícolas, mineradoras ou de consolidação do território, é uma tarefa extremamente desafiadora, se não impossível. Nem mesmo na ex-URSS, que tinham uma economia planificada voltada, pelo menos em teoria, para um desenvolvimento igualitário, isso foi alcançado. Assim sendo, é razoável concluir que, no contexto brasileiro, essa tese seria uma utopia inviável.

O que se discute atualmente é a incapacidade tanto do Estado quanto da sociedade civil organizada em promover ações concretas que possam efetivamente reduzir essas disparidades. A existência de uma burguesia arcaica e dominante continua sendo um obstáculo significativo para qualquer progresso nesse sentido. Essa classe dominante, muitas

vezes, se beneficia das desigualdades e, consequentemente, tem pouco interesse em promover mudanças que possam ameaçar seus privilégios.

As fronteiras geográficas desempenham há muito tempo um papel fundamental na definição dos territórios e, logo, no desenvolvimento das nações. À medida que os países se desenvolvem, enfrentam frequentemente desafios relacionados com as suas fronteiras, que podem variar desde conflitos territoriais até questões de segurança. No entanto, o desenvolvimento de um país não é medido apenas pelo seu âmbito territorial, mas também pelo bem-estar do seu povo. Nesse contexto, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida valiosa não só do crescimento econômico, mas também da qualidade de vida da população de um país. Haja vista que, em um mundo cada vez mais interligado, é essencial que em países de dimensões continentais como o Brasil, e premente que se trabalhem em conjunto para superar os desafios internos das mais diversas fronteiras existentes, principalmente as que podem direcionar esforços visando o desenvolvimento sustentável, bem como a busca pela melhoria do IDH, garantindo assim um futuro melhor para todas as regiões do país.

Há muito tempo, as fronteiras geográficas desempenham um papel crucial na determinação dos territórios e, consequentemente, no progresso das nações. Enquanto os países se desenvolvem, enfrentam frequentemente problemas que dizem respeito às suas fronteiras, que podem variar desde conflitos territoriais até questões de segurança. Porém, o progresso de um país não é só pelo tamanho, mas também pelo bem-estar do povo. Nesse contexto, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida valiosa não só do crescimento econômico, mas também da qualidade de vida da população de um país. Deste modo, num mundo cada vez mais interligado, é essencial que países de dimensões continentais como o Brasil trabalhem em conjunto para superar os desafios internos das diversas fronteiras existentes. Principalmente aquelas que podem direcionar esforços para o desenvolvimento sustentável e a busca pela melhoria do IDH, garantindo melhorias para todas as regiões do país.

Não estamos aqui pregando uma revolução, mas sim tentando encontrar soluções viáveis e pragmáticas que nos permitam trilhar um caminho mais justo para reduzir essas diferenças sociais. É crucial que identifiquemos e implementemos políticas públicas eficientes, que incentivem o desenvolvimento regional de forma mais equitativa e sustentável. Além disso, é essencial fortalecer a participação da sociedade civil, criando espaços de diálogo e colaboração que possam resultar em iniciativas concretas e efetivas.

A educação, por exemplo, é uma ferramenta poderosa na luta contra as desigualdades. Investir em um sistema educacional de qualidade, acessível a todos, é um passo fundamental para garantir que as futuras gerações tenham oportunidades iguais de crescimento e desenvolvimento. Da mesma forma, políticas de incentivo à economia local, apoio a pequenos produtores e a promoção da economia solidária são estratégias que podem contribuir para um desenvolvimento mais equilibrado.

Portanto, é imperativo que o Brasil, como um todo, se mobilize para enfrentar esse desafio. A redução das disparidades regionais e sociais deve ser uma prioridade nacional, e isso só será possível através de um esforço coletivo e coordenado entre o governo, a iniciativa privada e a sociedade civil. Juntos, podemos construir um país mais justo e igualitário para todos.

REFERÊNCIAS

Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). **Radiografia do Comércio Exterior Brasileiro: passado, presente e futuro**. Rio de Janeiro: AEB, 2012.

BECKER, B. K. (1990). **Amazônia**. São Paulo: Ática.

BECKER, B. K. Tendências de Transformação do Território no Brasil. Vetores e Circuitos. In: **Revista Território**. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, Vol. 1, nº 2 (jan. /jul. 1997).

DEMANGEOT, J. (1974). **O Continente Brasileiro**. Trad. Octávio Mendes Cajado. São Paulo: DIFEL. 191 p.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas Nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE. 1966.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Regionais do Brasil 2020**. Rio de Janeiro: IBGE. 2020. Contas Nacionais.

MACHADO, L. O. (2000). Limites e Fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. In: **Revista Território**. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, ano V, nº 8 (Jan. /Jun. 2000).

MARTIN, A. R. (1992). **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto (coleção Repensando a Geografia).

MIYAMOTO, S. (1995). **Geopolítica e Poder no Brasil**. Campinas-S.P: Papirus - (Coleção Estado e Política). 275 p.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2021/2022**: Tempos incertos, vidas instáveis: A construir o nosso futuro num mundo em transformação. 1 UN Plaza, New York, NY 10017 USA. 320 p.